

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 2 Maio – Agosto 2022

ARTIGO

## PARA ALÉM DA MONUMENTALIDADE: O PAPEL SOCIAL DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NO RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DE NARRATIVAS E PATRIMÔNIOS INVISIBILIZADOS

Melina Monks da Silveira\*, Louise Prado Alfonso\*\*, Newan Acacio Oliveira de Souza\*\*\*

### RESUMO

Este texto propõe debater sobre os processos de seleção e sobre as políticas de preservação de Bens Culturais em Pelotas-RS. Uma análise sobre o reconhecimento do conjunto histórico, que buscou entender as articulações municipais e federais na proposta de preservação, evidenciou uma predileção à valorização da arquitetura eclética dos séculos XIX e XX como Bens Culturais representativos da história local. A partir de uma aproximação entre a perspectiva crítica dos estudos sobre patrimônio e a Arqueologia da Arquitetura, procuramos identificar tratativas contradiscursivas sobre o patrimônio edificado local, evidenciando o papel social do fazer arqueológico no reconhecimento de patrimônios invisibilizados. Como exemplos serão abordados o Passo do Negros, região da periferia onde localizou-se o primeiro Porto da cidade e a zona industrial do atual Porto de Pelotas, onde encontra-se parte importante das edificações industriais de diferentes períodos.

**Palavras-chave:** arqueologia da arquitetura; patrimônio edificado; Pelotas-RS.

\* Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [melimonks@gmail.com](mailto:melimonks@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4449-878X>.

\*\* Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [louiseturismo@yahoo.com.br](mailto:louiseturismo@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8602-326X>.

\*\*\* Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: [newansouza@outlook.com](mailto:newansouza@outlook.com). <https://orcid.org/0000-0002-7515-1044>.

## BEYOND MONUMENTALITY: THE SOCIAL ROLE OF ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE IN RECOGNITION AND VALORIZATION OF RENDERED INVISIBLE NARRATIVES AND HERITAGES

### ABSTRACT

This text aims to debate the selection processes and the preservation policies for Cultural Assets in Pelotas-RS. An analysis of the recognition of the historical ensemble, which sought to understand the municipal and federal articulations in the preservation proposal, evidenced a predilection for valuing the eclectic architecture of the 19th and 20th centuries as representative Cultural Assets of the local history. From an approach between the critical perspective of studies on heritage and the Archaeology of Architecture, we seek to identify contradiscursive approaches about the local edified heritage, highlighting the social role of the archaeological work in the recognition of rendered invisible heritage. As examples, we will discuss the Passo do Negros and the Porto industrial area of Pelotas.

**Keywords:** archaeological site; chronopolitics; landscape.

## MÁS ALLÁ DE LA MONUMENTALIDAD: EL PAPEL SOCIAL DE LA ARQUEOLOGÍA DE LA ARQUITECTURA EN EL RECONOCIMIENTO Y LA VALORACIÓN DE NARRATIVAS Y PATRIMONIOS INVISIBILIZADOS

### RESUMEN

Este texto propone debatir sobre los procesos de selección y sobre las políticas para la preservación de los Bienes Culturales en Pelotas-RS. Un análisis del reconocimiento del conjunto histórico, que propuso comprender las articulaciones municipal y federal en la propuesta de preservación, evidenció una predilección por la valorización de la arquitectura ecléctica de los siglos XIX y XX como Bien Cultural representativo de la historia local. Desde una aproximación entre la perspectiva crítica de los estudios sobre el patrimonio y la Arqueología de la Arquitectura, buscamos identificar enfoques contradiscursivos del patrimonio construido local, destacando el papel social del trabajo arqueológico en el reconocimiento del patrimonio invisibilizado. Como ejemplos se abordará Passo dos Negros y el polígono industrial de Porto de Pelotas.

**Palabras clave:** sitio arqueológico; cronopolítica; paisaje.

## INTRODUÇÃO

Apenas nas últimas décadas ganha importância o caráter social da Arqueologia, valorizando temas como o estudo das relações de poder, o engajamento de arqueólogas/os/ues com grupos diversos e uma Arqueologia embasada nas comunidades (SILVEIRA; BEZERRA, 2007). A disciplina também passou a voltar sua atenção para questões políticas e éticas relacionadas ao saber e ao trabalho arqueológicos, em especial, a fazer a crítica quanto à elaboração e uso de suas narrativas sobre a materialidade para reforçar processos de exclusão (física e simbólica) de diferentes grupos. Assim, as mudanças ocorridas na Arqueologia foram importantes para a autocritica das práticas coloniais que estavam ligadas à própria criação da disciplina. Porém, seguem necessários constantes debates que envolvam estas questões, já que muitas das práticas arqueológicas seguem profundamente coloniais em suas relações com as comunidades, em sua perspectiva de preservação, na atuação em campo, na seleção de temas e contextos de pesquisas, etc.

Rodriguez e Alfaro (2003) enfatizam que a pesquisa e a conservação do patrimônio arqueológico devem ser críticas e precisam buscar compreender suas consequências sociais, econômicas e políticas concretas. Algo que o arqueólogo marxista Randal McGuire (2007) fala sobre Arqueologia e ação política. O *porquê* estudar e o *para que* conservar são temas cruciais para a multiplicidade de áreas que pensam sobre patrimônio. Muitos estudos reconhecem a importância de se considerar os múltiplos interessados pelo patrimônio arqueológico, devido às “implicações políticas, culturais, sociais e econômicas do passado”, de forma a gerar estratégias para garantir maior “proteção do patrimônio para o futuro” (RODRIGUEZ; ALFARO, 2003, p. 296). Entretanto, essas pesquisas com viés preservacionista consideram a preservação dos bens como fim único. Essa noção legitima uma estratégia metodológica específica na Arqueologia, em que a reconstrução das sociedades passadas vem cumprir um papel especial sobre a cultura material das sociedades atuais. A conjuntura em que se desenvolve a prática arqueológica nos leva a indagar sobre o patrimônio cultural e sua relação com a população local. Tal compreensão é relevante para a disciplina, pois existe um sentido de pertencimento expresso por meio de sua valorização coletiva e que, conseqüentemente, envolve a preservação, a conservação e a proteção dos sítios arqueológicos como herança cultural (POBLETE, 2003). As realidades políticas também interferem no quanto serão exclusivas ou inclusivas a prática arqueológica e o discurso sobre Bens<sup>1</sup> (KOHL, 2004).

Neste caminho, adentrando as potencialidades da expansão e consolidação de uma arqueologia construída junto às comunidades e, conseqüentemente, ciente de sua importância e constituição políticas, apresentamos um debate que se centra em um dos ramos dessa seresta, a partir de suas contribuições para formulação de um pensamento crítico e descolonizador sobre Bens Culturais, em especial daqueles de “importância arquitetônica”: a Arqueologia da Arquitetura. Cabe destacar, que a “importância arquitetônica” aqui posta é pensada de forma crítica, ressaltando que o patrimônio é selecionado e essa seleção atribuí dada importância a determinadas formas de construção (e seu contexto de produção, seja temporal, econômica e social) frente a outras, principalmente, como aponta Azkarate Garai-Olaun (2002) na predileção pelas “arquiteturas monumentais” em relação àquelas “populares” ou “menores”. Para este autor, as mudanças epistemológicas na arqueologia andam em conjunto com mudanças

---

<sup>1</sup> Utiliza-se grafia em letras maiúsculas para conceitos como Bens, Bens Culturais e Patrimônio Cultural, seguindo o uso predominante nas publicações especializadas.

de caráter metodológico, de gestão e de análise do patrimônio arqueológico e objetos de estudo, ou seja, novas formas de empreender o que é esta ciência, significam outros formatos de “fazê-la”.

É interessante apontarmos para variadas discussões na arqueologia que repensam categorias tidas enquanto estáticas, como aqui fazemos sobre arquiteturas, e propõem novos caminhos para pensarmos formas de habitar (ABREU E SOUZA, 2017; MACHADO, 2011), relações de gênero e sexualidade (POLO; LEITE, 2019; SILVA, 2019), colonialidade e discriminação racial (HARTEMANN; MORAES, 2019; ABREU E SOUZA, 2020) patrimônio cultural e a gestão do patrimônio arqueológico (ALFONSO, 2012; PEREIRA, 2019) em amplo debate sobre o fazer político e público da arqueologia.

Para a arqueologia, o estudo de construções é um tema de determinada importância, desde os estudos voltados a seus aspectos morfológicos e estruturais (SANTOS, 2015; VILLELA, 2015; TIRELLO, 2013) a perspectivas mais contemporâneas que repensam categorias e metodologias como o trabalho de Dode (2016). Autores como Zarankin (2005) e Copé (2007) salientam a multiplicidade de caminhos seguidos dentro desse segmento, que se dão a partir das problemáticas levantadas por cada estudo, desde questões relacionadas aos aspectos práticos e simbólicos dos espaços. Para Tirello (2007) este subcampo tem como cerne uma análise que propicie uma leitura dos edifícios a partir de diferentes perspectivas que contribuam para um entendimento que vá além do que fora registrado de forma textual ou na iconografia, mas que demonstram mudanças estruturais, ambientais, morfológicas, entre outras. Outra “chave de pensamento”, consiste na compreensão deste subcampo como forma de apreender novas concepções sobre o uso do espaço e sua atuação junto a grupos humanos, neste quesito ressaltamos as ideias de Zarankin (1999, p.120), que compreende essa perspectiva de análise como relacionada à conformação do espaço, entendendo as construções como “como elementos ativos, produtos culturais” que atuam dinamicamente com os grupos sociais.

É importante ressaltar que estas discussões se atualizam, novos e profícuos debates dentro da temática surgem. Consequentemente, na arqueologia os debates sobre arquitetura adentram áreas como estudos de vilas operárias (COSTA, 2017; PLENS, 2010), materialidade ligada às ditaduras civil-militares na América Latina (BARETTA, 2015, 2017; LEMOS, 2019; ZARANKIN; NIRO, 2009; ZARANKIN; SALERNO, 2015) e habitações de caráter vernacular (SANTOS *et al.*, 2020; SOUZA, 2020).

Para além deste olhar preservacionista do passado, que considera o salvar e o cuidar dos vestígios materiais de culturas pretéritas para as gerações futuras, cabe destacar a possibilidade da reflexão sobre o passado (LERNER, 1991 *apud* CALDARELLI, 2007), o presente e o futuro a partir do patrimônio cultural. Levar reflexões sobre a materialidade para a comunidade não serve apenas para angariar apoio à preservação ou à valorização de Bens e da Arqueologia, nem para que as pessoas tomem consciência de que o mundo é formado por pessoas e culturas diferentes, mas também, para a compreensão de um processo profundamente imerso em seleções, ambiguidades, complexidades e incertezas, e para que se amplie a percepção de que essas características se aplicam à vida em geral e não apenas à Arqueologia (JOYCE, 2005).

A Arqueologia pode suscitar uma profundidade histórica de questões contemporâneas, tais como imigração, diáspora africana, pobreza, fome, racismo estrutural, direito à cidade, LGBTQIA+fobia, misoginia, entre outros temas. Arqueólogas/os/ues, a partir do olhar para o passado no presente, de forma crítica e plural, podem buscar novas narrativas, capazes de contribuir para a melhoria -- presente e futura -- tanto das condições ambientais, como sociais das populações (LITTLE, 2009).

Reflexões das ciências humanas e sociais aplicadas permitem compreender o comportamento social e a construção da história que nos precedeu, superando a ideia de

um passado único, neutro, morto e inerte. As convenções acadêmicas do passado foram incorporadas e internalizadas no léxico social das áreas por elas descritas, muitas vezes com efeitos drásticos para as pessoas do presente. Os modelos culturais propagados ao longo do tempo por arqueólogas/os/ues, arquitetas/os/es, historiadoras/es/us, antropólogas/os/ues, geógrafas/os/es, entre outras/os/es, não permanecem como meras construções acadêmicas. Em vez disso, circulam no discurso público e recebem peso adicional na implantação de projetos nacionalistas, ideológicos, de manutenção de poder, de Turismo (MORTENSEN, 2007).

Assim, o conhecimento do passado tem função social, que faz parte das ideologias que configuram o mundo e identidades. Pesquisadores/as/us devem se livrar da ingenuidade de uma neutralidade imposta pela ciência ocidental e pelo capitalismo, e assumir que o seu trabalho tem efeitos sociais importantes, para que, então, a pesquisa arqueológica forneça ferramentas capazes de auxiliar na compreensão da dinâmica do presente (RODRIGUEZ; ALFARO, 2003). A Arqueologia, assim como outras áreas de estudos críticos sobre patrimônio, deve ter como meta a criação de mecanismos que lhe possibilitem cumprir sua função social, sem cumprir meramente o papel de “espectadora ascética dos fenômenos naturais e humanos” (RODRIGUEZ; ALFARO, 2003, p. 301).

Antes de se interpretar as paisagens e os objetos como bens patrimoniais deve-se considerar que “tais elementos estão imersos numa complexa teia de significações que encerra nexos singulares, de modo que as coisas fazem sentido de acordo com o ethos e o eidos específicos ao contexto sócio-histórico em que aparecem” (SILVEIRA; BEZERRA, 2007, p. 90). Autores/as/us afirmam que há uma hermenêutica das paisagens, ou dos contextos, que está intimamente relacionada “às interpretações do que comumente se denomina patrimônio, pelas sociedades que vivem e experienciam o seu lugar” (2007, p. 90).

Entende-se que o passado deve ser pensado de forma interdisciplinar, levando-se em conta diferentes áreas do conhecimento devotadas ao estudo do domínio patrimonial. As reflexões interdisciplinares sobre a comunicação do patrimônio e do conhecimento científico junto à sociedade devem ampliar os horizontes de atuação da Arqueologia, colocando os/as/es profissionais como agentes na construção de um saber novo e, por isso mesmo, complexo e instável (SILVEIRA; BEZERRA, 2007).

Outro questionamento comum é quanto ao papel dos bens patrimoniais na contemporaneidade e questões relacionadas aos aspectos socioeconômicos de populações, visando melhorias na qualidade de vida de grupos, e quanto à preservação do patrimônio. Cabe o empoderamento de diversos atores sociais, a partir da visibilidade de suas narrativas, materialidades, suas existências e demandas, de forma a buscar a transformação do contexto em que estão inseridos.

Neste texto procuramos evidenciar e analisar, a partir do exemplo de Pelotas-RS, como diferentes interesses interferem na seleção de referências patrimoniais e sua inserção nas narrativas individuais e coletivas das comunidades sobre cidades. Nosso olhar volta-se às desigualdades, sociais e econômicas, mas principalmente, na representação de diferentes grupos em segmentos patrimoniais e nas identidades mais amplas, locais e regionais. Destacamos a multifocalidade do patrimônio, entendida como os diversos sentidos atribuídos ao Bem, em sua materialidade e imaterialidade, e a necessidade de práticas mais democráticas, possibilitando um diálogo entre as políticas patrimoniais e grupos em processos de exclusão.

Buscamos então, trazer reflexões epistemológicas da ciência arqueológica, desvendando a tessitura discursiva por trás de algumas metodologias de ação relacionadas ao patrimônio, buscando desconstruir discursos marginalizantes arraigados a imaginários e senso comum. A partir de um olhar descolonizante para a Arqueologia e

a Arquitetura, compreendemos a necessidade da valorização de narrativas alternativas aos discursos oficiais e de visões mais críticas dos usos do passado, ao que Said (1990) denominou de tratativas contradiscursivas em relação a imaginários coletivos. O trabalho mostra como os processos de patrimonialização definiram uma relação com a cidade e selecionaram uma temporalidade e uma narrativa de homens brancos, cisheteronormativos em um contexto de opulência econômica, invisibilizando grupos inteiros.

A pesquisa é desenvolvida a partir de projetos do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos - GEEUR, do curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Coordenado por uma das autoras, o grupo desenvolve pesquisas colaborativas, que se dão pela relação entre as comunidades e pesquisadores/as/us. De forma indissociável os projetos articulam ensino, pesquisa e extensão e são desenvolvidos institucionalmente desde o ano de 2016. O projeto de pesquisa intitula-se *Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas*, abrangendo os seguintes projetos de extensão: *Mapeando a Noite: O Universo Travesti*; *Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas*; e, *Narrativas do Passo dos Negros: Exercício de Etnografia Coletiva para Antropólogos/as em Formação*.

#### PELOTAS E SUAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

A imagem escolhida pela cidade de Pelotas para representar a sua arquitetura está relacionada ao período econômico do charque, com os grandes casarões construídos para as famílias no núcleo urbano da cidade. Além da seleção de temporalidade e materialidade, há a forte divulgação de uma narrativa de grupo seletivo que é favorecida pelas campanhas turísticas da cidade (ALFONSO; RIETH, 2016). Observa-se a predileção de uma narrativa hegemônica, refletida também pelos bens culturais que ilustram esse período, afirmando o poder econômico dos proprietários dos casarões ou charqueadores e enfatizando que esses que construíram um cenário urbano aos moldes europeus da época, longe daquele ambiente desumano que configurava o ambiente da Indústria saladeril<sup>2</sup>, como por exemplo, no Passo dos Negros.

Esta narrativa hegemônica seleciona o período dos casarões em estilo eclético. Centrada nos aspectos arquitetônicos das tipologias, como ornamentos, qualidade dos materiais, ambientes amplos e composição clássica, enaltecendo a opulência das famílias e relacionando essas construções ao seu poder aquisitivo. O cenário da cidade de Pelotas que quer ser lembrado por essa narrativa é o da cidade com casarões ornamentados que lembrem uma tradição Europeia, excluindo outras culturas que tenham influenciado a construção da cidade. Esse discurso, embasa os roteiros turísticos da cidade<sup>3</sup>. Também propagandas da gestão da prefeitura municipal, além de empreendimentos imobiliários, se apropriam desses discursos (Figura 1).

---

<sup>2</sup> Compreende-se a partir da produção e comercialização do charque, como também, as atividades que giravam em torno dessa produção.

<sup>3</sup> Sobre este debate ver mais em Alfonso *et al.*, 2021; e Bergmann, 2019.





**Figura 1.** Recorte do panfleto “Pelotas do sal ao açúcar” (2019) que apresenta alguns dos elementos ressaltados acerca da construção do discurso turístico da cidade. Fontes: Panfleto disponível na seção de downloads como “Mapa Turístico” no aplicativo para celulares “Pelotas Tem”. Pelotas. Elaborado pelas autoras, 2020.

Há uma persistência dessa narrativa ao longo do tempo, percebida desde os roteiros turísticos mais antigos, como da década de 1990, até os contemporâneos, onde a arquitetura monumental e ornamentada é a valorizada e exaltada. Essa arquitetura é conhecida como Eclético Historicista, trata-se de edificações com muitas ornamentações, regras compositivas e inspiração europeia. No panfleto turístico da cidade apresentado acima encontramos uma descrição da Pelotas cultural que enfatiza a persistência dessa narrativa: “Conheça a encantadora história de Pelotas por meio de suas Charqueadas, do Requite arquitetônico de seus casarões e das manifestações artísticas locais, além de experimentar sua diversificada e deliciosa oferta gastronômica.”

Andrey Schlee (1993) aponta o predomínio do estilo eclético historicista na cidade de Pelotas, que adotava imitação de formas que no passado pertenciam a um estilo arquitetônico com elementos do Renascimento Italiano e identificados com a tradição clássica chamada de arquitetura “Neorrenascentista de Pelotas”. Tem como característica as colunas, frisos e cornijas; platibandas com frontão e acabamentos em louça com ornamentos e estátuas. É uma arquitetura artesanal, de tijolos de barro com sistemas estruturais simples e alvenaria portante. A partir da década de 1870, passou a incorporar alguns elementos industrializados importados. E, principalmente, apresenta-se preocupada com aparência externa das obras, com necessidade de afirmação por meio de realização de obras singulares com arquitetura de tradição clássica (SCHLEE, 1993).

Os exemplares arquitetônicos construídos na cidade nesse período possuem rígidos esquemas compositivos, volumes retangulares puros e simples, ricos em elementos decorativos, derivados desta tradição clássica. No inventário realizado na cidade pela Prefeitura Municipal, entre 1986/1987, foram estudados, aproximadamente, dez mil imóveis, e cadastrados 1189. Foram classificados 639 como possuidores de valores de representação elevada, 333 indicados para tombamento, mas nenhum foi tombado definitivamente (SCHLEE, 1993).

A escolha das edificações da paisagem urbana da cidade está diretamente relacionada a esses monumentos, arquiteturas e seus ornamentos, apagando outras temporalidades, mas também grupos cujo trabalho foi extensivamente empregado na construção da cidade, como as pessoas negras que construíram esses casarões e as mulheres. Estas últimas tiveram seu papel relegado apenas à produção doceira da cidade. Quando de famílias portuguesas pelo saber fazer, o restante das mulheres, reconhecidas apenas “por mexer os tachos” dos doces finos.

Alguns panfletos turísticos da cidade trazem as características arquitetônicas da arquitetura eclética, apontando como os principais edifícios selecionados para um roteiro turístico aqueles do entorno da Praça Coronel Pedro Osório (Figura 2). Estes materiais destacam características estéticas do período do ecletismo historicista, como elementos neoclássicos e neorrenascentistas, colunas, frontões, platibanda vazada, acesso marcado por escadaria. Cabem então os seguintes questionamentos: Porque o enfoque em acessos por escadarias, que tiram as casas e pessoas do nível do chão? E o destaque no uso de elementos neoclássicos que remetem a uma herança europeia? O que significa um panfleto focar colunas ou uma espacialidade e temporalidade específicas? O que um panfleto destes quer mostrar?





escravocrata, mas sobretudo, a lembrança e a rememoração daquela temporalidade. A valorização destes Bens enquanto patrimônios renova, reconstrói e, constantemente, significa estas narrativas excludentes.

#### O RECONHECIMENTO DO CONJUNTO HISTÓRICO (2018): TOMBAMENTO E ARTICULAÇÕES NA PROPOSTA DE PRESERVAÇÃO

Recentemente o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Pelotas foi reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN como patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2018). Esse conjunto inclui uma charqueada, uma chácara, um parque e quatro praças, dentre elas a Praça Coronel Pedro Osório, localizada no centro histórico da cidade. No seu entorno, encontram-se diversos edifícios de arquitetura eclética construídos no século XIX e início do século XX.

Os Bens arquitetônicos citados foram incluídos no reconhecimento da cidade como patrimônio cultural, pois estão relacionados com a produção doceira da cidade e com a dinâmica entre sal e o açúcar, pois o açúcar era moeda de troca nesse período, em que a mão de obra escravizada sustentava a economia da cidade e da região com a produção de charque.

O parecer do processo de tombamento número 1512-T 03 do conjunto histórico de Pelotas - Rio Grande do Sul, desenvolvido pela arquiteta Márcia Sant’Anna, destaca as marcas de uma herança cultural social e econômica deixadas pelo ciclo do charque, que influenciaram a ocupação e o desenvolvimento econômico do território de Pelotas. E, também, o surgimento das Tradições Doceiras, que caracterizam e marcam a cidade. O documento ressalta a qualidade ambiental dos espaços da cidade, a força da malha viária e presença marcante na área central de uma arquitetura eclética monumental, mas com muitas intervenções contemporâneas “de baixa qualidade”.

Inicialmente, o parecer seria sobre arquitetura eclética, mas foi durante a visita à Charqueada São João que a arquiteta entendeu a importância e urgência de reconhecer também esse acervo arquitetônico ambiental e urbano, vinculado ao ciclo econômico do charque. Pelotas já tinha solicitado outros processos de tombamento e estudos relacionados ao espaço pelotense, porém não haviam sido considerados. Assim, verificou-se a possibilidade de fazer o pedido de tombamento a partir de uma narrativa histórica e de uma leitura territorial, que articulasse as dimensões materiais e imateriais (IPHAN, 2018).

A partir dessa análise, foi proposto como critério para definição do perímetro a ser tombado que fossem englobados os conjuntos dos cinco monumentos tombados até então pelo IPHAN, um sistema de Praças da cidade e seus monumentos arquitetônicos significativos do sistema de abastecimento da água do século XIX e os quarteirões no centro histórico no entorno da Catedral de São Francisco de Paula e da Praça Coronel Pedro Osório. Também foi apontada a presença de 28 edificações consideradas de valor artístico e histórico (IPHAN, 2018).

Porém, foi proposto um tombamento correspondente à delimitação de sete setores de proteção: na área do 2º loteamento, três setores correspondentes ao entorno das praças, Praça Coronel Pedro Osório, contendo treze quarteirões edificadas, além da Praça do Mercado e vinte e oito edificações, Praça Piratinino de Almeida e a área da Praça Cipriano Rodrigues Barcelos. Recomendou-se a manutenção dos volumes, cores e texturas da vegetação das praças. No parecer, ainda consta o pavilhão de comércio popular, Pop Center, e recomenda-se a renovação, indica-se a busca de novas soluções arquitetônicas para esses elementos que contribuem para qualificar o setor. Outra área proposta para tombamento foi no bairro Areal, que corresponde à área da Chácara da Baronesa e todo o parque (IPHAN, 2018).

O conjunto de sete setores de proteção completa-se com o parque Dom Antônio Zattera, onde encontram-se no entorno o Esporte Clube Pelotas e a Avenida Bento Gonçalves, também se propõe o tombamento do entorno de oito edificações para preservação parcial (IPHAN, 2018). Porém, não são indicados os critérios e parâmetros de preservação que devem ser observados nas intervenções.

Os sete setores de proteção que compõem a proposta são complementados por seis eixos estruturantes: Rua Marechal Floriano, Rua Santos Dumont, Rua XV de Novembro, Rua Anchieta, e Rua Gonçalves Chaves. Tal proposta tem como objetivo manter as características morfológicas estruturais das ruas que conectam setores indicados para proteção, mantendo a relação entre altura das edificações e a largura das vias e a valorização da presença de edificações destacadas e marcos visuais (IPHAN, 2018).

A seleção do conjunto foi justificada por abarcar os principais espaços e arquiteturas relacionadas à expansão urbana ao longo do século XIX e sobre os novos hábitos de vida, “mais bucólicos”, valorizados pela elite pelotense, além do aumento da população e da densidade da cidade. Por fim, ainda, o parecer indica a vinculação desses bens culturais materiais com os bens culturais imateriais de grande importância para a cidade e região, como as duas grandes tradições doceras que se desenvolveram, tanto da riqueza produzida pelo ciclo do charque, quanto por sua decadência<sup>4</sup>.

Esses valores urbanísticos, arquitetônicos e paisagísticos, que são atribuídos a diversos aspectos desse conjunto, reforçam a necessidade de sua proteção em nível federal. Porém, o parecer não indica a delimitação de áreas envoltórias e nem a garantia da manutenção da ambiência desse conjunto, por considerar que a cidade de Pelotas já possui um sistema Municipal com as zonas de proteção do patrimônio cultural incorporadas ao Plano Diretor da cidade em 2008.

No parecer são apresentadas ações e políticas municipais relacionadas à preservação do patrimônio a partir de 1980, citando conjuntos de leis, como a lei de 1982, que instituiu o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural. Também a lei 4568/2000, que instituiu as zonas de preservação do patrimônio cultural e a proteção aos imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural de Pelotas. Cita a lei municipal nº 5146/2005, que estabeleceu a possibilidade de isenção de IPTU para os imóveis integrantes do citado inventário, e detalha a zona de preservação do patrimônio cultural que integra o Plano Diretor da cidade de Pelotas e os níveis de preservação aplicáveis a essas zonas, sendo esses: nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4 (IPHAN, 2018).

A intenção no parecer de detalhar a trajetória da cidade de Pelotas relacionada à preservação dos Bens Imóveis foi de indicar e comprovar que a área central da cidade já contava com proteção por legislação urbanística do município. Além de justificar a manifestação favorável ao tombamento do conjunto histórico sem necessidade de delimitar novas zonas de entorno (IPHAN, 2018). Como já indicado, o Inventário e o Plano Diretor nem sempre são garantias de preservação, nem dos bens imóveis inventariados, nem da paisagem urbana histórica da cidade.

As zonas de preservação do patrimônio cultural foram delimitadas no III Plano Diretor de Pelotas, implementado pela Prefeitura em 2008. Seu processo de construção deu-se por meio de financiamento do Programa Monumenta<sup>5</sup> e o Estatuto das Cidades

---

<sup>4</sup>Salientamos que não partimos de uma divisão categórica do passado, construindo assim uma atomização do acontecer histórico que não se relaciona com as dinâmicas do contemporâneo, mas a expressão “ciclo do charque” é utilizada enquanto uma categoria êmica, amplamente empregada em materiais turísticos, plataformas oficiais e no discurso sobre a cidade e sua formação.

<sup>5</sup> Programa estratégico criado pelo antigo Ministério da Cultura, que contava com o financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e o apoio da Unesco, que objetivava “a melhoria das condições dos sítios históricos urbanos, incluindo a restauração de monumentos, edificações, praças e ruas de valor cultural,

guiou a criação das propostas de Áreas de Especial Interesse Cultural, baseadas nas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS).

Dentro das diretrizes e especificações das Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIAC), o Plano Diretor define que as áreas que apresentam patrimônio de peculiar natureza cultural e histórica devem ser preservadas para evitar a perda, deterioração ou desaparecimento das características, das substâncias ou das ambiências culturais e históricas que lhe determinem a “especialidade, visando a recuperação dos marcos representativos da memória da cidade e dos aspectos culturais de sua população” (PELOTAS, 2018, p. 22). As características atribuídas a essas áreas, necessárias de proteção especial do Poder Público Municipal, constam no Art. 65 do Plano Diretor: Históricas, Arquitetônicas, Urbanísticas, Paisagísticas e Práticas Sociais, quando apresentam espaços relacionados a usos e atividades específicas e relevantes à identidade local da comunidade.

Outras diretrizes, estão no item Sistema de Ideias e Modelo Urbano que discorre sobre: Elaboração das Guias de Desenho para os focos, eixos de ligação e Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC); Elaboração de projetos de desenho urbano específico para cada foco de interesse; Revisão do inventário incluindo as AEIAC – Zona Norte e sítio charqueador, assim como os exemplares da arquitetura pré-moderna existentes na AEIAC – ZPPC; Elaboração de roteiros turísticos temáticos com base nos eixos de ligação, contemplando mobiliário e sinalização indicativa e turística (PELOTAS, 2018).

No parecer do IPHAN também são indicados outros setores que precisam de uma proteção mais adequada, relacionada às áreas envoltórias dos conjuntos dos setores da Chácara da Baronesa e da Charqueada São João, localizados no bairro Areal, onde não foram criadas pela prefeitura as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural. Também aponta que o tombamento da Charqueada São João não é suficiente, reforçando a relevância histórica do chamado sítio charqueador pelotense. São citadas outras onze edificações na Estrada da Costa e ao longo da margem direita do Arroio Pelotas. Outro setor de relevância histórica dos vestígios do ciclo do charque é a localidade do Passo dos Negros, localizado na confluência do canal São Gonçalo com Arroio Pelotas (IPHAN, 2018).

Por fim, o parecer recomenda a realização de estudos históricos e arqueológicos com vista à inclusão, no conjunto histórico de Pelotas, desses outros bens representativos dos sítios das Charqueadas e a elaboração e anexação de um mapa, contendo sete setores de proteção presentemente indicados para o tombamento. Neste deverão ser assinalados os demais setores que venham a ser protegidos a partir dos estudos recomendados. Para um melhor entendimento dessas diretrizes de preservação e bens tombados, já existentes na cidade e indicados no parecer, foi elaborado um Mapeamento da Zona de Preservação do Patrimônio Cultural do Plano Diretor, setores selecionados no Tombamento do Conjunto Histórico pelo IPHAN e recomendações (Figura 3).

---

além de outras iniciativas culturais que reforçam a representatividade dos centros históricos na memória da coletividade” (IPHAN, 2010, p. 13). Integravam o Programa 26 cidades.





**Figura 3.** Mapeamento da Zona de Preservação Patrimônio Cultural do Plano Diretor, setores selecionados no Tombamento do Conjunto Histórico pelo IPHAN e recomendações. Fontes: Mapa base *Google Maps* e Prefeitura Municipal de Pelotas. IPHAN. Elaborado pelas autoras, 2020.

O texto conclui que alguns aspectos importantes da proteção e da gestão de sítios urbanos tombados ainda não estão incorporados no processo de tombamento, principalmente no que corresponde à participação de agentes e segmentos sociais interessados ou impactados pelo tombamento, e ressalta que se devem buscar formas eficazes para essa participação (IPHAN, 2018).

Neste processo, ressaltamos a importância entre a Arqueologia e Arquitetura para pensarmos a gestão destes sítios urbanos tombados, mas uma Arqueologia a partir dos pressupostos citados anteriormente, que considera o seu papel social (RODRIGUEZ; ALFARO, 2003). Retornamos às concepções de Zarankin (2001) as quais nos apresentam como hierarquias de poder se reproduzem na construção das relações sociais a partir dos discursos materiais e, também, dos discursos sobre essas materialidades, aqui representadas pela escolha do patrimônio cultural edificado de Pelotas. Os planos diretores, como apontado por Souza (2019), são importantes aportes nas leituras da Arqueologia sobre as cidades, estes aparatos de regimento de desenvolvimento são práticas discursivas e políticas construídas, sustentadas a partir do controle social e do cerceamento do espaço e de corpos.

A Arqueologia da Arquitetura, enquanto aporte teórico-prático na leitura sobre as dinâmicas e conflitos da seleção do patrimônio, situa-se em um processo analítico que foge a essencialidade material do objeto estudado, está imersa no campo das relações sociais que “vazam” às paredes, tijolos e fachadas. A Arquitetura enquanto fenômeno humano ressalta e constrói assimetrias e hierarquias, é condicionada e condicionante de

dinâmicas de poder, é disputada. Assim, em Pelotas, o patrimônio edificado reconhecido é cerne de disputas, críticas, seleções e reinvenções. A legislação, sua linguagem técnica e sumariamente redigida para confundir e legitimar determinados grupos sociais, são acionadas em nossas pesquisas como forma de compreender a gestão do patrimônio na cidade, sua interlocução com os grupos em processos de exclusão e sua forma de referendar uma história única, de homens brancos, cisgêneros, heterossexuais e de uma classe social determinada.

Identificamos que estas mesmas legislações, pareceres técnicos e demais suportes podem ser utilizados como ferramenta frente aos processos de gentrificação, exclusão social e estigmatização de pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas, da periferia e de Religiões de Matrizes Africanas.

## OS OUTROS PATRIMÔNIOS INVISIBILIZADOS

Esta brecha no parecer possibilita que outros elementos possam vir a ser reconhecidos enquanto Bens importantes para a história da cidade de Pelotas. Nossa tentativa, ao longo dos anos, tem sido auxiliar diferentes grupos em suas demandas por representatividade nestas narrativas oficiais. Considerando patrimônios estes elementos selecionados, de forma bem pensada por grupos no poder, de modo a construir uma narrativa que se quer sobre essa tal “Princesa do Sul”, passamos a valorizar narrativas dos grupos em processos de exclusão, evidenciando Bens que contam outras perspectivas de Pelotas, uma cidade que possui a maior população negra do Rio Grande do Sul. Em conjunto com a cidade vizinha, Rio Grande, conforma a segunda região do Brasil em número de casas de Religiões de Matrizes Africanas. A LGBTQIA+homofóbica “cidade de viados”. Uma cidade conformada por diferentes camadas de temporalidades, espacialidades e grupos. Uma cidade rica, não no sentido financeiro, mas de histórias, de pessoas, de lugares, narrativas de cotidianos e em formas de habitar. Cidade de mulheres que trabalhavam para o engenho costurando sacos furados em casa. Das mulheres que trabalhavam nas indústrias de doces em caldas e revezavam entre a periodicidade da produção de doces e o trabalho doméstico, trabalhadoras de indústrias de tecidos que possuem agulhas no corpo até hoje, ou das trabalhadoras do frigorífico Anglo com altos índices de tuberculose devido às condições insalubres de trabalho. Cidade que vivencia batismos de trabalhadoras sexuais travestis no chafariz da Praça Coronel Pedro Osório. Cidade que apresenta a sonoridade de tambores dos terreiros. Enfim, outra cidade que não aquela “Paris dos Pampas”.

Selecionamos para apresentar aqui alguns exemplos de outras edificações e conjuntos que compõem narrativas diversas da cidade. O patrimônio industrial e o Passo dos Negros. Estes exemplos se aproximam enquanto narrativas de regiões portuárias, de trabalhadores/as/us, de periferia. Estão em espacialidades e temporalidades diversas, porém carregam a história de populações muito mais numerosas do que aqueles Bens tombados.

Ressaltamos ainda que nossa perspectiva não dissocia a materialidade e a imaterialidade de cada Bem. Buscamos entender as intenções e conotações ideológicas - analisar a arquitetura em seu contexto histórico, social e simbólico (ZARANKIN, 2001) para entender essas relações entre sociedade e patrimônio, entre a materialidade e as diversas construções simbólicas sobre elas.

## PASSO DOS NEGROS

A região do Passo dos Negros surgiu das atividades relacionadas às charqueadas pelotenses, que perduraram do final do séc. XVIII ao início do séc. XX,

predominantemente sob força de mão de obra escravizada. Era o local de passagem do gado, ponto de cobrança de pedágio, por onde entravam os escravizados e os animais de carga, serviu como um ponto de entreposto comercial de cobrança de taxas no período econômico do charque, criando uma espécie de praça de pedágio em 1803 (ROCHA, 2016).

A infraestrutura privada e pública ocupava toda a área onde hoje está Pelotas, estendendo-se ao Passo dos Negros. A formação da cidade de Pelotas deu-se por todo esse complexo de comercialização e produção de charque localizados na região do Passo dos Negros e a infraestrutura da cidade estava ligada a ele (GUTIERREZ, 2001). Chegou a ter um projeto de povoamento, com seis quarteirões, apresentado em 1820, mas a cidade começou a ser planejada distante desse ambiente, e os casarões não foram construídos nessa região, de modo a afastar-se do mau cheiro, da paisagem insalubre e com fluxo intenso de pessoas escravizadas.

A região foi ocultada por muito tempo da narrativa oficial da cidade, ignorando a história e a cultura das pessoas negras em seu processo de construção, que seleciona uma temporalidade e elege a perspectiva de um grupo social específico para qualificar os fatos sociais como Bens (ALFONSO; RIETH, 2016).

Em 1854 foi construída uma ponte para a passagem do gado, localizada no corredor das tropas. Existente até hoje, é a única ponte remanescente, construída por mão de obra escravizada e está arrolada no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. No Passo dos Negros se localizava um conjunto de aproximadamente três charqueadas, assim como o Engenho Pedro Osório, engenho de beneficiamento de arroz localizado às margens do Canal São Gonçalo, implantado em 1922 pelo produtor de arroz Coronel Pedro Osório (Figura 4).



**Figura 4.** Engenho Pedro Osório e arquiteturas de acompanhamento. Fonte: Mapa base Google Maps. Elaborado pelas autoras, 2018.



No III Plano Diretor da cidade de Pelotas, a área foi inserida na AEIC do Sítio Charqueador. O Engenho Pedro Osório faz parte da Focos de Especial Interesse Cultural (FEICs), inserido no Art. 78, onde a preservação do patrimônio cultural foi retomada com a ideia de proteger áreas significativas da cidade, em contrapartida à proteção de edificações isoladas (PELOTAS, 2008). Na revisão de 2018, o III Plano Diretor trouxe algumas alterações na área relacionadas com a inserção da Ponte dos Dois Arcos como uma FEIC: III - Ponte Passo dos Negros – composto pela Ponte do Passo dos Negros e área de entorno (PELOTAS, 2018).

A Ponte dos Dois Arcos é um importante marco para aquela comunidade, hoje encontra-se parcialmente soterrada. A recente movimentação de visibilidade/invisibilidade dada a comunidade, em que sua presença agora é reconhecida, entretanto utilizada em muitos momentos contra seus interesses, gerou novos e antigos olhares sobre a região. Para estas pessoas a Ponte que, inclusive recentemente, estampou um cartão postal da cidade<sup>6</sup>, têm sua importância histórica não apenas relacionada aos seus valores arquitetônico e documental de um tempo passado, mas também de uma temporalidade fluida, que se ressignifica nas práticas cotidianas que vão desde sentar-se “à beira da ponte tomando um mate no fim de tarde” como também a defendê-la frente ao maquinário que botaria abaixo as figueiras que nela se enroscam. A seguir segue um relato de uma conversa com uma pessoa que vive na localidade:

Dois senhores vinham aqui antigamente. Paravam o carro ali adiante e vinham se sentar embaixo da figueira. Eu queria saber o que eles faziam ali. Chegavam, sentavam, ficavam ali em torno de uma hora e iam embora. Um dia eu fui e conversei com eles. Perguntei: vocês vêm aqui passear? Eles disseram: “meu amigo, o senhor acredita em raiz? Raiz das pessoas que vem de geração em geração? Isso aqui foi feito pelos nossos tataravôs nos tempos da escravidão. Hoje ninguém mais faz pontes assim. Antigamente, meu avô, meu pai, meus irmãos vinham para cá e agora é nós.” Dá para ver os anos de vida que tem isso aí (GEEUR, 2019, p. 50).

É importante destacar o avanço dos empreendimentos imobiliários nas proximidades do Passo dos Negros, processo que é resultado dos interesses que divergem dos daqueles que ali já vivem. Atualmente, a região permanece sendo ocupada por trabalhadores e por visitantes. Os moradores do Passo dos Negros reivindicam a patrimonialização daquele espaço. Essa Pelotas não está presente nas narrativas oficiais da cidade, mas está presente no cotidiano dos moradores/as/us do lugar que lutam por seu direito adquirido de moradia e resistem em permanecer habitando o local, buscando assim, também, preservar o patrimônio cultural existente. Dessa forma, entendemos que valorizar tais relações cotidianas se insere em um processo de reconhecimento do patrimônio arquitetônico da região, já que como Zarankin e Funari (2020, p. 2, *tradução nossa*) apontam ao tratarmos da arquitetura, neste caso de sua presença física e simbólica perante diferentes temporalidades, fazemos uma “Arqueologia do cotidiano” socialmente

---

<sup>6</sup> No ano de 2017, a Ponte dos Dois Arcos estampou um dos cartões da série de cartões postais do Dia do Patrimônio de Pelotas. Este evento, tem como premissa “celebrar” os diferentes patrimônios da cidade de Pelotas. No ano em questão, a temática central do evento era “Territórios daqui: identidades e pertencimento”. Nossas ações também se constroem a valorizar as narrativas de grupos não representados pela história oficial em eventos como o Dia do Patrimônio. O Cartão Postal intitulado “Passo dos Negros”, possui uma fotografia da Ponte dos Dois Arcos proveniente do Acervo de Alcir Nei Bach e texto informativo de uma das autoras deste texto.



útil e que "contribui diretamente a refletir sobre os princípios ideológicos que estruturam nossas vidas".

A região está passando por grandes transformações no espaço devido às construções de grandes condomínios que alteram seus aspectos ambientais e culturais. Dito isto, apresentamos breves falas, provenientes da relação que vem sendo construída com a comunidade há alguns anos. As pessoas não serão identificadas como forma de resguardar estes sujeitos/as/es frente às dinâmicas de conflitos que se enredam ao falarmos das políticas de representação e patrimônio em Pelotas, que se aliam a especulação imobiliária, questões ambientais e jurídicas como, inclusive, sua recente utilização enquanto plataforma política.

#### A ARQUITETURA DOS ENGENHOS

O patrimônio industrial no Brasil ainda é pouco valorizado, apesar dos esforços de reconhecimento dos sítios urbanos industrializados, que são exemplares insuficientes diante do acervo existente no país. Contudo, existe uma gama de debates sobre o patrimônio industrial, tanto na Arqueologia como na Arquitetura, que devem ser considerados quando falamos sobre Pelotas. Para a arquiteta e urbanista Beatriz Kühn (2010) há uma necessidade de estudos interdisciplinares que problematizem a inserção desses bens no espaço ao longo do tempo, suas relações com a estruturação da cidade e sua articulação com aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, proporcionando assim um aprofundamento de conceitos, metodologia, princípios de preservação. Na Arqueologia, Thiesen (2006) compreende que este campo deve considerar múltiplas formas de abordar os processos de industrialização, indo além de um olhar apenas para as unidades fabris e suas manufaturas. Para a autora, devem ser consideradas "as estratégias de sobrevivência, de dominação ou resistência; relações de trabalho, de gênero ou étnicas; divisões econômicas, religiosas ou espaciais, e tantas outras questões" (p. 3).

Para Palmer e Neaversen (1998) o debate sobre a Arqueologia Industrial necessita de uma agenda teórica que vá além das concepções fundantes de uma arqueologia preocupada com as distinções tecnológicas e práticas dos contextos estudados, situa-se na relação de continuidade dessas materialidades e relações sociais entre passado e presente. Deste modo, ao tratarmos a partir da Arquitetura a seleção do patrimônio oficializado da cidade, buscamos o patrimônio industrial em sua fruição e ressonância, aliado a um fazer arqueológico situado na arena social dos conflitos de representações e preservação, desde os pedidos de patrimonialização, divulgação turística e demais políticas de patrimônio

Trazemos esta aproximação, Arqueologia e Arquitetura nos estudos sobre patrimônio industrial, como debates e discussões importantes para a Arqueologia da Arquitetura, considerando os processos de industrialização, a construção das paisagens e seleções do patrimônio como um "mecanismo de denúncia e questionamento social" (ZARANKIN; FUNARI, 2020, p. 10, *tradução nossa*).

A cidade de Pelotas conta com diversos exemplares de Arquitetura Industrial que representam outros períodos econômicos além do período econômico do charque. As atividades das charqueadas, movida pelo braço escravizado, prosperaram em Pelotas, durando até início do século XX com a crise final da escravidão no Brasil (MAESTRI, 2010), quando ocorreu sua decadência.

O Engenho Pedro Osório foi construído no Passo dos Negros em 1922, e teve origem de uma charqueada existente à beira do canal São Gonçalo. O período do arroz nasceu ainda durante a exploração das charqueadas, porém já no seu período de declínio. Isso levou os charqueadores a pensar em outra forma de investimento, como uma alternativa a essa principal fonte econômica da cidade.

[...] esse engenho, por dentro, vou lhe dizer uma coisa, era muita gente trabalhando e tinha muito serviço, se mandava arroz pra muitos lugares, era mandado de caminhão, por barcos. Se entrava novo e saia velho, fiz muita amizade ali dentro, trabalhei em muitas funções. Vinha gente de muitos lugares para trabalhar aqui, aquele galpão ali, ainda tem as máquinas. (P, 2019 *apud* MATHIAS, 2020, p. 52).

O complexo industrial do Engenho Pedro Osório reúne edificações de diferentes temporalidades, com intervenções realizadas ao longo dos anos e com a inclusão de anexos aos prédios principais, com a função de ampliação das pré-existências. Além das edificações da planta industrial, compõem o complexo uma vila operária, como parte da política paternalista e assistencialista da empresa, que cedia moradias para seus/suas funcionários/as/es, uma escola e o campo do Osório Futebol Clube. O edifício-sede do Engenho foi implantado na beira do canal São Gonçalo para facilitar a circulação de matéria prima e mercadorias, onde possuía um pequeno porto particular.

O engenho Pedro Osório... Então na época as pessoas trabalhavam, só que era tipo granja, do arroz, do charque, tudo tinha aqui. O Coronel então tinha umas casinhas, tem umas antigas ali. [...] e o outro lado era o colégio, que é o colégio Mauá, que era a escola. [...] Então as pessoas trabalhavam no engenho, e dava as casinhas pros morador. As casinhas do lado de lá, e outras do lado de cá. [...] Tinha a frente pro lado e a frente pro outro. Aí os morados tinham acesso do pátio deles pra cá, como outros tinham o pátio pra lá, não é assim? (RELATÓRIOS..., 2016, p. 123).

Todas essas atividades foram pensadas e implantadas com o intuito de controlá-las. A escola foi implantada logo no acesso da planta do complexo industrial, criando uma sensação de segurança para os trabalhadores/as/us, pois seus filhos estariam estudando próximos aos seus postos de trabalho (SILVEIRA 2020a). Para Michel Foucault (2014), um dos principais mecanismos para garantir o funcionamento do poder é a sua capacidade de controlar o espaço, sendo essa sensação de segurança proporcionada aos trabalhadores/as/us uma forma de controle do espaço. O olhar arqueológico demonstra que existem diferentes abordagens na leitura destas construções, as casas da vila, o Osório Futebol Clube, e seus aspectos ideológicos e de manutenção de relações de poder. Para Zarankin e Funari (2020, p. 3, *tradução nossa*), é a partir do controle “das políticas de construção da paisagem”, que “o sistema inventa dispositivos para autolegitimar-se e reproduzir-se”.

A vila operária tomada como exemplo aponta para uma forma de controle do espaço e, conseqüentemente, dos corpos de operários/as/es desde o seu morar à mobilidade na cidade, já que ali se apresentavam diferentes estruturas relacionadas à habitação, trabalho, educação e ao lazer. Estas estruturas, que persistem na paisagem em menor número do que no passado, ainda são agentes de um processo de construção de uma identidade. Assim, como demonstram Herédia e Tronca (2016), a partir de uma vila operária na serra gaúcha, que “a construção da identidade do grupo fez-se associada à fábrica, [...] levando a sobreposição entre a identidade familiar, a fabril e a do povoado”. (HERÉDIA; TRONCA, 2016, p. 344).

No Passo dos Negros, moradores/as/us relembram em constância a presença das casas naquela paisagem, mesmo que não fisicamente postas. São as diferentes “quadrinhas” construídas, que se diferenciavam uma das outras pelas cores ou pela lembrança de tempos nos quais,

Isso aqui era muito bom, tinha muito serviço. E era assim, tu sabe que era uma coisa tão boa que eles faziam pros funcionários. Que eles davam casa, davam água, davam luz, mas tudo era do engenho. Tudo era dado pros funcionários e ninguém pagava nada. (RELATÓRIOS ..., 2016, p. 43).

[...] eu acho que não deveriam ter desmanchado as casinhas. Eram feitas de argila, com telhas de barro feitas nas coxas dos escravos, as vigas de coqueiro, com tijolos assentados com barro. [...] era cozinha, uma varanda, dois quartos, uma sala e banheiro, era só para as famílias que trabalhavam efetivas no Engenho. (C.J, 2019 *apud* MATHIAS, 2020, p. 55).

O Engenho encerrou suas atividades em 1994 e, atualmente, o complexo industrial ainda persiste na paisagem, mas em processo de arruinamento. O engenho trata-se da principal referência de passado das/os/es moradoras/es/us. "Para a gente que se criou ali, é lamentável ver aquele engenho ser demolido e todos os dias a gente convive com isso" - fala de um morador à nossa equipe, quando enfatizavam a importância da patrimonialização do Passo dos Negros.

O Engenho Pedro Osório e a Vila Operária estão cadastrados no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, fazendo parte da área de especial interesse cultural, AEIAC - Sítio Charqueador, por ter abrigado indústria saladeril e compreende um dos Focos Especiais de Interesse Cultural (FEICs), os quais possuem delimitação e caracterização descritas: II - Engenho Pedro Osório e Vila Operária: Composto pela área do antigo Engenho Coronel Pedro Osório e parque São Gonçalo e pela Vila Operária, em um raio de 200m do centro do prédio do engenho (PELOTAS, 2018).

Os Focos de Interesse Cultural (FEIC), do qual o Engenho Pedro Osório e a Ponte dos Dois Arcos são atribuídos, possuem características peculiares dentro das AIEC e possuem maior relevância sob o aspecto cultural. Compõem uma área de abrangência com diretrizes específicas relacionadas às novas inserções e intervenções, também às regras específicas de composição arquitetônica e controle urbanístico estabelecidos, buscando manutenção e incremento das características específicas de cada foco da área (PELOTAS, 2018). O Engenho permanece nas narrativas dos moradores e moradoras que cresceram no Passo dos Negros: "Aquele lugar já foi poderoso no tempo do engenho! O engenho funcionava, em época de safra, dia e noite. O emprego passava de pai para filho, sempre tinha aquela continuação" (RELATÓRIOS ..., 2016 *apud* SILVEIRA 2020b, p. 57).

#### ZONA INDUSTRIAL, ZONA DO PORTO

A cidade de Pelotas teve uma intensa industrialização. O período entre o final do século XIX e início do século XX coincidiu com a ascensão de novos empreendimentos econômicos industriais na Zona Portuária da cidade. O Porto de Pelotas teve sua origem no ano de 1832 e a partir do final do século XIX recebeu melhorias na estrutura portuária. Entre o final do século XIX até aproximadamente o final da década de 1970 instalaram-se indústrias na Zona Portuária. Assim, recebeu indústrias maiores e um número maior de operários.

A zona do Porto abrigou diversas indústrias, como a Cervejaria Sul-Rio-Grandense, o Moinho Pelotense, a Companhia Fiação e Tecidos, o Frigorífico Anglo, entre outras. A primeira redução no desenvolvimento fabril da cidade deu-se devido às transformações na política econômica nacional a partir do Estado Novo e das políticas de substituição de importações a partir da década de 1930, concentrando investimentos no sudeste do país. Em Pelotas, um número expressivo de fábricas fechou, o que resultou

no primeiro processo de desindustrialização (SÁ BRITTO, 2016). No início da década de 1970, intensificou-se novamente o processo de industrialização na cidade devido a novas transformações políticas e econômicas. Nesse período, a produção industrial estava diretamente ligada à produção rural.

A arquitetura predominante na Zona do Porto é dividida em residencial, com casas de um ou dois pavimentos em sua maioria, construídas no alinhamento do lote, e arquitetura industrial, que é composta de engenhos e galpões, com grandes volumes e poucas aberturas. Com a crise da indústria na cidade, esses remanescentes de espaços industriais urbanos se tornaram ociosos.

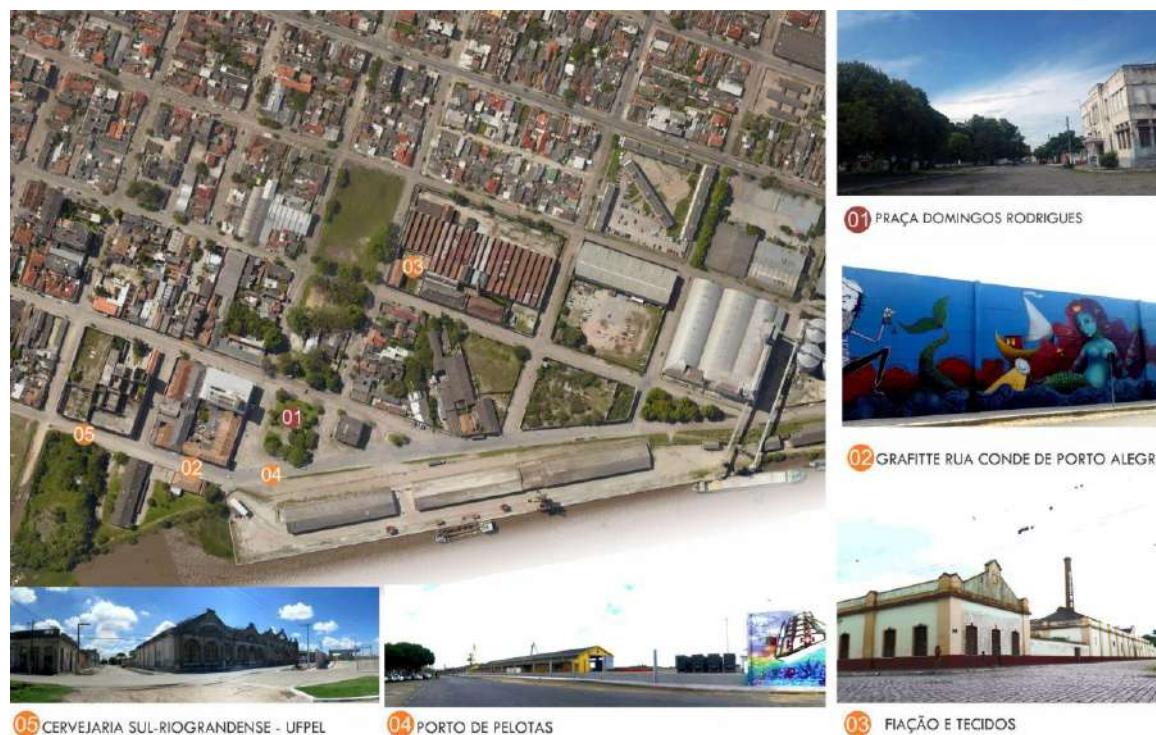
Os quarteirões têm uma particularidade de dispor de pequenos lotes parcelados. Há a permanência de uso residencial em edificações de um ou dois pavimentos na paisagem urbana. O Plano Diretor atual definiu a Zona Portuária como área de expansão da cidade, fazendo divisa com o centro da cidade e está inserido na Zona de Preservação Paisagística Cultural 3 (ZPPC3), considerado Focos Especiais de Interesse Cultural — FEICs (PELOTAS, 2018).

Segundo esse zoneamento, não se podem construir edificações que obstruam a visibilidade da zona de preservação e deve ser preservada a integração harmônica das novas inserções à arquitetura preexistente, devendo ser mantidas as características tipológicas e formais, fachadas públicas e volumetria da arquitetura existente e integrante do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas em Lei Municipal. Portanto, só serão permitidas edificações com altura máxima de 10,00m (dez metros); Taxa de ocupação de 70% (setenta por cento); Isenção de recuos de ajardinamento e laterais; Recuo de fundos de, no mínimo, 3,00m (três metros).

O patrimônio das cidades industriais permite reconhecer as formas de produção presentes em determinados territórios e as suas transformações. As zonas portuárias representam um cenário de grandes transformações das cidades industrializadas. Segundo pesquisa de Cíntia Essinger (2009) trabalhadores/as/us da fábrica fiação em tecido residiam próximo ao local de trabalho. Foram instaladas nas proximidades das fábricas da Zona Portuária da cidade edificações simples, de madeira e de porta e janela, geralmente alugadas. Muitos/as/es trabalhadores/as/us negros moravam na zona portuária, por ser periferia e zona de várzea, pois não encontravam lugar para moradia acessível no centro da cidade.

Na Zona do Porto de Pelotas encontra-se a Praça Domingos Rodrigues, localizada próximo ao cais do porto da cidade. Em seu entorno foi implantada a Alfândega da cidade, além da indústria Cotada. Sendo assim, a paisagem do entorno conta com edificações industriais, edificações que abrigaram armazéns relacionados ao porto. A praça com uma paisagem industrial, como pode-se notar nas imagens do entorno da Praça (Figura 5), não entrou na lista de praças selecionadas no tombamento do conjunto histórico da cidade, por apresentar uma paisagem bem diferente das outras praças selecionadas.





**Figura 5.** Zona do Porto de Pelotas. Praça Domingos Rodrigues. Arquitetura industrial e grafites. Fontes: Mapa base GoogleMaps e Acervo pessoal das autoras. Elaborado pelas autoras, 2020.

A persistência das tipologias industriais na paisagem da Zona do Porto de Pelotas é característica da estagnação econômica e a desindustrialização da cidade. Esses galpões industriais remanescentes têm uma série de outros usos, destacamos aqui, por exemplo, a adaptação destes locais para sediarem unidades da UFPEL<sup>7</sup>. As diretrizes do Plano Diretor da cidade, que caracterizam como Zona de Preservação do Patrimônio Cultural, também configuram como possíveis influenciadores da permanência dos remanescentes. Outra interessante forma de apropriação e ressignificação do patrimônio industrial é a presença desses exemplares arquitetônicos relacionados ao lazer, como por exemplo, o “Galpão Satolep” e algumas edições do evento “Sofá na Rua” que foram realizadas nesta região da cidade<sup>8</sup>.

Os usos da comunidade dão novos significados ao se mesclarem com as especificidades locais, fazendo com que possamos retratar a diversidade identitária dessa cidade e, conseqüentemente, termos acesso às sensibilidades e às experiências vividas pelas pessoas que ali habitam Pelotas. Em constante transformação, essa paisagem industrial da zona portuária representa uma cidade em renovação.

Essas novas funções trouxeram a possibilidade de meios de interações com o local, que está em pleno movimento e é compartilhado por moradores/as/us, estudantes, grafiteiros/as/us e visitantes, destacando a vida que já existia no bairro (ROSA, 2018).

<sup>7</sup> Salienta-se que nesta região da cidade situam-se dois *Campi* da UFPEL, sendo 9 prédios do *Campus* Pelotas e o *Campus* Porto situado no prédio do antigo frigorífico Anglo.

<sup>8</sup> Galpão Satolep é um local de realização de festas. Sofá na Rua é descrito como “O evento Sofá na Rua, criado pelo coletivo Casa Fora do Eixo, se tornou um espaço reconhecido no município de Pelotas para bandas e artistas independentes. Em 2013, o coletivo, que já possuía suas portas abertas, decidiu expandir, levar às ruas o ambiente cultural que existia na casa, com a proposta de estimular e fomentar a cadeia cultural da cidade. (Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/artenosul/2016/10/21/espaco-para-arte-independente/>)

Cores, arte urbana, sons, performances e percursos acadêmicos se misturam com os usos cotidianos de moradores/as/us do bairro.

O graffiti e a pixação passaram a se fazer cada vez mais presentes nessas áreas de sociabilidade no bairro Porto e de outros locais da cidade, como demonstra o evento “Spraysons” de 2016, onde grafiteiros/as elaboraram suas obras em meio ao público nos antigos prédios de fábricas, que se tornaram monumentos da cidade. Moradores/as/us do bairro trazem lembranças do tempo em que o “Porto era movimentado pra caramba só não trabalhava quem não queria” (ROSA, 2018, p. 49). Ainda indicam que dependendo do lugar o grafite é bom, como em casas abandonadas. E reconhecem o lugar como um espaço de lazer (ROSA, 2018).

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste texto buscamos então destacar a continuidade das políticas de seleção e valorização de Bens patrimoniais de Pelotas. A análise demonstra que, desde as primeiras ações de tombamento e políticas culturais, as escolhas estão relacionadas à elite pelotense, a partir da seleção apenas dos casarões e da paisagem que conjugam essas estruturas de estilo eclético, que reforçam a opulência econômica do passado e não evidenciam os conflitos de um período marcado pelo enriquecimento de uma minoria, a partir da mão de obra escravizada. Mesmo que os Bens tragam a ideia de conjunto e composições de paisagens importantes, eles representam temporalidades, grupos e espacialidades específicas.

Nossa proposta é ressaltar a existência de outros elementos que também devem ser considerados na constante (re)construção das narrativas oficiais locais, a partir de uma Arqueologia que favoreça outras interpretações da materialidade de forma a desconstruir processos de exclusão (física e simbólica), incluindo diferentes grupos nas narrativas sobre o passado e auxiliando estes grupos em suas demandas por representatividade. Nossa luta se une à das comunidades por políticas públicas de cultura que considerem a representatividade de grupos diversos, incluindo o processo de seleção a partir do olhar de comunidades em processos de exclusão, de forma a valorizar a pluralidade que compõe Pelotas ao longo do tempo.

A Arqueologia tem importante papel neste questionar as narrativas hegemônicas. Através de uma aproximação com a Arquitetura e das formas de gestão do patrimônio edificado, é possível entender suas dinâmicas além do material, como partícipes da construção das relações sociais, afetivas e simbólicas de diferentes grupos sociais por seus fluxos e trajetórias na cidade. O fazer arqueológico, este que é legitimado por seu saber técnico e científico, reforça seu papel social quando, em diálogo conjunto com as comunidades, formula ações em que as diferentes narrativas sobre estas edificações, paisagens e pessoas são valorizadas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E SOUZA, Rafael de. Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ABREU E SOUZA, Rafael de. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre Arqueologia do Racismo à Brasileira. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 43–65, 2020. doi: 10.24885/sab.v33i2.743.

- ALFONSO, Louise P. *Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ALFONSO, Louise P.; RIETH, Flavia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: SCHIAVON, Carmem B.; PELEGRINI, Sandra de Cássia (org.). *Patrimônios Plurais: Iniciativas e desafios*. 1. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2016. p. 131–147.
- ALFONSO, Louise.; SOUZA, Newan.; FUNARI, Pedro. Entre Turismo E patrimônio: : (re)visitando Narrativas Locais a Partir Do Evento “Dia Do Patrimônio” Em Pelotas, RS. *Historiæ* 2021, 12, 10-38.
- ATENCIO, Lautaro N. Tráfico de metales en el área centro-sur andina: factos y expectativas. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, v. 12, n. 1, p. 73-105, 1987. Disponível em: <https://revistas.inapl.gob.ar/index.php/cuadernos/article/view/414>
- AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín. Intereses cognoscitivos y praxis social en Arqueología de la Arquitectura. *Arqueología de la Arquitectura*, n. 1, p. 55–71, 2002. doi: 10.3989/arq.arqt.2002.6.
- BARETTA, Jocyane R. *Arqueologia e a Construção de Memórias Materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- BARETTA, Jocyane R. A importância da materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. *AEDOS: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS (ONLINE)*, v. 9, n. 21, p. 109-131, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/73517/47321>
- BERGMANN, Leopoldine R. *Imagens e narrativas de Pelotas: Uma análise do discurso turístico de uma cidade (re)imaginada*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cultura. *Parecer da relatora do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural ao processo de tombamento n° 1.512-T-03. Conjunto Histórico de Pelotas*. 2018.
- CALDARELLI, Solange B. Pesquisa Arqueológica em projetos de infraestrutura: a opção pela preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional – Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação*. n. 33, p. 153-173, 2007. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista\\_33compressed.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_33compressed.pdf)
- COPÉ, Silvia M. Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho. In: Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 5., 2009, Rio Grande. *Anais [...]*, Rio Grande: UNISUL/Instituto Anchieta de Pesquisas, 2009. p. 1: 1-22.
- COSTA, Vanessa A. *As Trabalhadoras Resistem: Uma Arqueologia das Mulheres Operárias da Fábrica Rheingantz (1884-1919)*. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.
- DODE, Maritza dos Santos. *Uma arqueologia das habitações coletivas do Rio de Janeiro (1880-1906)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

- ESSINGER, Cintia V. *Entre a fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos e a criação de um espaço operário*. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953 – 1974). Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/970>
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. 42ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- GEEUR. *Dossiê pela Patrimonialização do Passo dos Negros*. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019.
- GRALHA, Julio C. M. Mundo Antigo na Cidade Rio de Janeiro: Arquitetura e Iconografia como Legitimidade nas Relações de Poder. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300214921\\_ARQUIVO\\_MundoAntigoCidadedoRiodeJaneiro.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300214921_ARQUIVO_MundoAntigoCidadedoRiodeJaneiro.pdf)
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 2001.
- HARTEMANN, Gabby.; MORAES, I. P. de. Contar histórias e caminhar com ancestrais: por perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 9–34, 2019. doi: 10.31239/vtg.v12i2.12196.
- HERÉDIA, Vania B. M.; TRONCA, Bruna. Patrimônio Industrial e Turismo: a vila operária de Galópolis. *ROSA DOS VENTOS*, v. 8, p. 343-358, 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v8i3p343>
- IPHAN. *Programa monumenta: Porto Alegre*. Organização de Briane Bicca. Brasília: IPHAN, 2010.
- IPHAN. Pelotas (RS) recebe certificado de Patrimônio Cultural. *IPHAN*, 30 mai. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/4675/pelotas-rs-recebe-certificado-de-patrimonio-cultural#:~:text=Os%20dois%20instrumentos%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o,Conselho%20Consultivo%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural>.
- JOYCE, Rosemary A. Solid histories for fragile nations: archaeology as cultural patrimony. In: MESKELL, Lynn; PELS, Peter. (org.). *Embedding ethics*. London: Bloomsbury Academic, 2005. p. 253-274. doi: <http://dx.doi.org/10.5040/9781474214759.ch-011>
- KOHL, Philip L. Making the Past Profitable in an Age of Globalization and National Ownership: Contradictions and Considerations. In: ROWAN, Yorke M.; BARAM, Uzi. (org.) *Marketing heritage: Archaeology and the consumption of the past*. Walnut Creek: Altamira Press, 2004. p. 295-301.
- KÜHL, Beatriz M. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. *Revista CPC*, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, 2006.
- LEMOS, Caroline M. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12540>
- LITTLE, Barbara J. What can archaeology do for justice, peace, Community and the Earth? *Historical Archaeology*, v. 43, n.4, p.115-119, 2009. Disponível em: [www.jstor.org/stable/25617585](http://www.jstor.org/stable/25617585)



- MACHADO, Juliana S. Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais*. Passo Fundo: Editora UPF, 2010.
- MATHIAS, Simone Fernandes. *Passo dos Negros: entre narrativas, etnografias e conflitos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6907>
- MCGUIRE, Randall H. Contested Pasts: Archaeology and Native Americans. In: MESKEL, Lynn; PREUCCEL, Robert W. *A companion to social archaeology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
- MORSE, Michael A. Seeking an Ethical Balance in Archaeological Practice in Ecuador. *Journal of Anthropological Research*, v.50, n.2, p. 169-182, 1994. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3630457>
- MORTENSEN, Lena. Working Borders: Contextualizing Copán Archaeology. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, v.3, n.2, p. 132-152, 2007.
- PALMER, Marylin; NEAVERSON, Peter. *Industrial Archaeology - Principles and Practice* London: Routledge, 1998.
- PELOTAS. Prefeitura Municipal. LEI Nº 5.502, DE 11 DE SETEMBRO DE 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas. Pelotas: 2008.
- PELOTAS. Prefeitura Municipal. LEI Nº 6.636 DE 03 DE OUTUBRO DE 2018. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas. Pelotas: 2018.
- PEREIRA, Daiane. O “ROUBO DAS URNAS”: A RELAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO E OS COLETIVOS HUMANOS. *Revista Habitus - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia*, v. 17, n. 1, p. 39-52, ago. 2019. doi: 10.18224/hab.v17i1.7112.
- PLENS, Claudia R. Da força repressora à coesão sutil: a arqueologia da vila operária. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 2, p. 138–155, 2010. DOI: 10.24885/sab.v23i2.303.
- RELATÓRIO ANUAL DO PROJETO DE EXTENSÃO NARRATIVAS DO PASSO DOS NEGROS: EXERCÍCIO DE ETNOGRAFIA COLETIVA PARA ANTROPÓLOGOS/AS EM FORMAÇÃO (2016). Pelotas: UFPel, 2016.
- POBLETE, Daniella J. A Proposal for Approaching the Archaeological Heritage of the Belém Community (Region of Tarapacá, Chile). *Chungara, Revista de Antropologia Chilena*. v. 35, n. 2, p. 327-335, 2003.
- POLO, Mario J.; LEITE, Lúcio F. S. C. Os sapatos de Scarlett : o corpo na Arqueologia Amazônica, e os caminhos desenhados por uma posicionalidade Queer. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 180–198, 2019. doi: 10.20396/rap.v13i1.8654836.
- ROCHA, Marcelo G. da R. *Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, Brasil)*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto

- de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5390>
- RODRÍGUEZ, Mauricio U.; ALFARO, Leonor A. Archaeology, Cultural Heritage and Native Populations: Reflections from the Atacama Desert. *Chungara, Revista de Antropología Chilena*. v. 35, n. 2, p. 295-304, 2003.
- ROSA, Rita de C. F. *O graffiti e a pixação como atrativo turístico para o bairro Porto em Pelotas: O olhar dos/as moradores/as e frequentadores/as*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
- SÁ BRITTO, Natalia D. S. (2016) Da cidade industrial segregada à cidade pós-industrial fragmentada: reflexões sobre a (re)produção do espaço urbano de Pelotas-RS. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, v. 20, n. 3, p. 585-602, 2016. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2016.89283>
- SAID, Edward. *O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANTOS, Raquel. Arqueologia da arquitetura: Olhar paredes, ver vivências. *Revista Arqueologia Pública*, v. 9, n. 1[11], p. 60-72, 2015. doi: 10.20396/rap.v9i1.8639469.
- SANTOS, Maxiliano P.; PENIDO DE REZENDE, Marco A.; PETRY CABRAL, Mariana. ARQUITETURA VERNÁCULA E MEMÓRIA: ABORDAGEM METODOLÓGICA PARA INVESTIGAÇÃO. *Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34021>.
- SCHLEE, Andrey R. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- SILVA, Emerson N da. As folhas de videiras das Evas da Ilha de Marajó e a (des)construção de narrativas arqueológicas. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 155-179, 2019. doi: 10.20396/rap.v13i1.8654806.
- SILVEIRA, Flávio L. Abreu da; BEZERRA, Marcia. Educação Patrimonial: Perspectivas e Dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F.; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane F.(org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos* Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 81-97.
- SILVEIRA, Melina M. da. O complexo industrial do engenho Pedro Osório a partir da arqueologia da arquitetura. In: *ENCONTRO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS INVISIBILIZADAS*, 1, 2019, Pelotas. Caderno de Resumos [...]. Rio Grande: ARCHE, 2020a. p. 64-66. Disponível em: <https://arche.furg.br/anais-de-eventos/11-caderno-de-resumos-do-i-epai>
- SILVEIRA, Melina M. da. *Territorialidades em disputa: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas, RS*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020b.
- SOUZA, Newan A. O. de. *Onde ficam as bacabeiras na cidade das bacabas?* Arqueologia das paisagens e seus palimpsestos em uma capital no meio do mundo. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

- SOUZA, Newan A. O de. O urbano a serpentear a amazônia: intersecções entre Arqueologia e arquitetura vernacular. *Arche: Rev. Disc. Arqueologia*, Rio Grande, RS, v.1 n.1, jul.-dez. 2020. Disponível em <https://arche.furg.br/noticias/14-o-urbano-a-serpentear-a-amazonia-intersecoes-entre-arqueologia-e-arquitetura-vernacular>
- THIESEN, Beatriz V. Arqueologia industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. *Revista Eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v.4, p. 1-4, 2006. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=161>
- TIRELLO, Regina A. Análise de cronologias construtivas: uma Proposição de método de natureza arqueométrica. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação*, v. 1, n. 6, p. 358-362, 2007.
- TIRELLO, Regina A. Diagnósticos de edifícios históricos.a que servem?A investigação da matéria arquitetônica e seus aportes com o restauro e a Arqueologia da Arquitetura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO LUSO BRASILEIRA, 1., 2013, Vitoria. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Ed.Rio de Janeiro:PoD, 2013. v. 1. p. 1-15.
- VILLELA, Ana T. C. *Arqueologia da Arquitetura (AA): a estratificação tridimensional do tempo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/257954>.
- ZARANKIN, A. Arqueologia de la Arquitectura: another brick in the wall. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento, n. supl.3, p. 119-128, 1999. DOI: 10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113463.
- ZARANKIN, Andrés. *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280101>
- ZARANKIN, Andres. Arqueología de la Arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedad capitalista. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 1, n. 22, p. 25-41, 2005.
- ZARANKIN, Andres; NIRO, Claudio. The Materialization of Sadism: Archaeology of Architecture in Clandestine Detention Centers (Argentinean Military Dictatorship,1976-1983). In: FUNARI, Pedro P.; ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melissa A. (org.). *Memories From Darkness: archaeology of repression and resistance in Latin America*. Nova York, 2009, p. 57-80.
- ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melissa A. 2015. Reflexões sobre os espaços para a memória da ditadura em Buenos Aires. In: SOARES, Inês. V. P.; CUREAU, Sandra. (Org.). *Bens culturais e direitos humanos*. 1ed.São Paulo: Sesc São Paulo, 2015, p.259-290.
- ZARANKIN, Andres; FUNARI, Pedro P. A. Arqueología de la Arquitectura, uma mirada desde América del Sur. *Arqueología de la Arquitectura*, n. 17, p. 103, 2020. doi: <https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2020.011>